

Exma. Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças

A Fundação Francisco Manuel dos Santos editou recentemente um livro, *Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal*, com um estudo sobre diversas organizações públicas Portuguesas, nomeadamente, a Autoridade Tributária e Aduaneira.

No referido trabalho, podemos ler que:

“O recrutamento e progressão de carreiras na administração tributária são baseados em critérios rigorosos, através de provas selectivas que visam certificar competências, quer no momento da entrada, quer na progressão na carreira. A preocupação com a meritocracia já transparecia na reforma de 1849, cujo decreto legislador declarava que os funcionários da Fazenda seriam escolhidos pelas suas virtudes, a hereditariedade seria abolida e os empregos públicos seriam pessoais e vitalícios”

“A elevada qualidade de atendimento pelos funcionários da administração tributária que lidam directamente com o público não é correspondida pela máquina legislativa e o suporte informático e processual que a mecanizam...”

“A Autoridade Tributária e Aduaneira é a pérola incontornável da subsistência do Estado.”

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos representa mais de 80% daqueles que o estudo define, e bem, como funcionários com elevada qualidade.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais nunca em momento algum mostrou ter vontade de trabalhar connosco numa reforma urgente e legalmente prevista na Autoridade Tributária e Aduaneira, por força da fusão das antigas DGCI, DGAIEP e DGITA.

De todas as formas procurámos a paz e a concertação. Descrever os nossos esforços nesse sentido seria cansativo para a Sr.^a Ministra, que por certo têm conhecimento, das inúmeras tentativas de diálogo que humildemente tentámos iniciar.

O STI é um sindicato independente e não têm qualquer objectivo de criar conflitos em período eleitoral, arriscando em que as suas iniciativas possam ser conotadas como de índole política de apoio a um qualquer partido. Não podemos no entanto continuar eternamente à espera que o Governo nos escute. Como podem recusar ouvir quem apenas pretende ajudar?! Como podem recusar à partida, coisas que desconhecem?!

Pelo exposto, e depois de tudo fazer, escrevemos mais uma vez para lhe solicitar uma audiência no sentido de criar as bases para uma Revisão de Carreiras, legalmente imposta, enquadrada numa reforma global da AT, feita por todos e para todos, de modo a que a organização descrita no estudo inicialmente citado continue a ser a pérola que sempre foi e que contribui, de forma decisiva, para o funcionamento e equilíbrio do Estado.

Caso não tenha tempo ou disponibilidade para nos receber até ao final do corrente mês de Julho, e não havendo quaisquer pontes de diálogo entre os Trabalhadores e a Tutela, fartos de pedir e sem qualquer gosto em radicalismos, somos forçados a cortar definitivamente as relações institucionais com este Governo.

Esperando sinceramente a compreensão de Vossa Excelência para o exposto,

Subscrevemo-nos com as mais cordiais saudações,

Pela Direcção Nacional do STI,

O Presidente,